

“Negociação da dívida externa é crucial para o Plano Collor”

por Milton Gamez
de São Paulo

A negociação da dívida externa é crucial para o equilíbrio das finanças do governo. Concomitantemente com o ajuste interno deflagrado pelo governo Collor, o País não pode ignorar os bancos credores e deve pagar alguma parcela dos juros devidos às instituições privadas. A promessa de pagamentos limitados a US\$ 5 bilhões do serviço da dívida neste ano mal atende ao organismos internacionais de crédito, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD).

Com estas ressalvas, a vice-presidente do Banco de Boston, Vivian E. Morgan — Mendez, fez uma análise sobre os ajustes das finanças públicas postos em prática pela nova administração federal, durante debate sobre o Plano Brasil Novo promovido pelo Instituto Brasileiro dos Executivos Financeiros (IBEF).

Segundo ela, o governo não cortou o déficit público e dificilmente conseguirá zerar as contas no final deste ano, “mesmo que tudo dê certo”. Os cortes na administração federal, por exemplo, foram tímidos: com um pouco de sorte haverá, no máximo, redução de pessoal de apenas 10%, o que geraria uma receita de aproximadamente 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), disse Vivian Morgan.

A economista tentou avaliar os possíveis aumentos na arrecadação federal com as medidas econômicas, necessários para gerar um incremento de receita de 10% do PIB para alcance da meta de supe-

rávit de 2% prevista pelo Plano Brasil Novo. Entrarão nos cofres do governo aproximadamente US\$ 8,1 bilhões através do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), equivalentes a 2,1% do PIB; US\$ 1 bilhão proveniente do corte nos incentivos, ou 0,2% do PIB; 2% via certificados de privatização e 0,5% do enxugamento da máquina administrativa, além de 1% do PIB com a economia de US\$ 3,4 bilhões nos juros da dívida interna durante o feriado bancário do mês passado. Junte-se a isso um ganho sobre a remuneração dos cruzados bloqueados — o governo pagará a

variação do BTN mais 0,5%, ao passo que os juros do “overnight” e de outros ativos estão bem mais elevados — e poderá haver um aumento de receita de 10% do PIB, desde que tudo corra bem, calcula Vivian.

As despesas do Tesouro, lembrou a vice-presidente do Banco de Boston, aumentaram consideravelmente desde 1987. Naquele ano, as receitas cobriram 91% das despesas, relação que caiu para 69% no ano seguinte e para 64% em 1989. Nesse ano, em janeiro e fevereiro, a entrada de recursos cobria apenas 40% dos gastos, daí o tamanho dos cortes que o go-

verno deve aplicar para sanar suas finanças.

O serviço da dívida externa também aumentou proporcionalmente às despesas do Tesouro — situação só não agravada ainda mais pela suspensão dos pagamentos dos juros pelo governo Sarney. Em 1987, o serviço da dívida representava 10% dos gastos federais, proporção que pulou para 29% um ano depois e para 38% no ano passado, culminando em 58% em 1990, expôs Vivian Morgan.

A renegociação das duas dívidas, portanto, é fundamental para o almejado ajuste nas contas públicas, conclui a executiva.